Soluções em Gestão Prisional SGP - SPE S.A.

CNPJ: 53.922.796/0001-04

Demonstrações Contábeis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 *(Em Reais)*

Balanço patrimonial Ativo	Nota	31.12.2024 R$
Circulante:		**17.291.216**
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.087.753
Impostos a recuperar/compensar	5	58.367
Despesas antecipadas	6	133.547
Outros créditos	7	11.549
Não circulante:		**2.438.961**
Realizável a longo prazo:		**2.355.301**
Ativo financeiro em formação	8	2.355.301
Imobilizado		**83.660**
	9	83.660
Total ativo		**19.730.177**

Balanço patrimonial Passivo e patrimônio líquido	Nota	31.12.2024 R$
Circulante		**382.171**
Obrigações trabalhistas	10	2.464
Obrigações tributárias	11	378.331
Provisões trabalhistas	12	1.376
Não circulante		
Exigível a longo prazo:		**13.624.000**
Outras obrigações	13	13.624.000
Patrimônio líquido		**5.724.006**
Capital social	14	14.936.382
Reserva de lucros		(9.212.276)
Total passivo e patrimônio líquido		**19.730.177**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital Social R$	Lucros/(Prejuízos) Acumulados R$	Total R$
Saldos em 31/12/2023		–	–	–
Integralização do capital		14.936.382	–	14.936.382
Resultado do exercício 2024		–	(9.212.376)	(9.212.376)
Saldos em 31/12/2024		**14.936.382**	**(9.212.376)**	**5.724.006**

Demonstração do resultado	Nota	31.12.2024 R$
Receita operacional líquida	15	**2.355.301**
Custo dos serviços prestados		
Construção	15	(2.355.301)
		(2355.301)
Resultado bruto	–	
Despesas gerais e administrativas:		
Pessoal		(20.447)
Legais e jurídicas	16	(4.665.530)
Serviços de terceiros	17	(4.236.537)
Tributárias		(3.757)
Depreciação e amortização	9	(5.514)
Seguros	22	(323.264)
Viagens		(201.884)
Outras receitas/(despesas) operacionais	18	(235.029)
		(9.691.562)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(9.691.562)**
Receitas/(Despesas) financeiras	19	722.601
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**(8.968.961)**
IR e CSI	20	(243.415)
Resultado líquido do exercício		**(9.212.376)**
Resultado por ação		(0,617)

Demonstração dos fluxos de caixa	31/12/2024 R$
Caixa gerado nas atividades operacionais:	
Resultado do exercício	(9.212.376)
Ajustes ao resultado líquido:	
Depreciação e amortização	5.514
Provisões diversas	1.376
	(9.205.486)
(Aumento)/Diminuição em contas do ativo:	
Tributos a compensar/recuperar	(58.367)
Despesas antecipadas	(133.547)
Ativo financeiro em formação	(2.355.301)
Outros créditos	(11.549)
Aumento/(Diminuição) em contas do passivo:	
Obrigações trabalhistas	2.464
Obrigações tributárias	378.331
Outras obrigações	13.624.000
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**2.240.545**
Caixa utilizado nas atividades de investimento:	
Integralização de capital	14.936.382
Aquisição de imobilizado	(89.174)
	14.847.208
Caixa líquido gerado no exercício:	**17.087.753**
Saldo das disponibilidades no Início do exercício	–
Saldo das disponibilidades no final do exercício	**17.087.753**

Notas explicativas às demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: Constituída em 18 de janeiro de 2024, a Soluções em Gestão Prisional - SGP SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, que tem por único e exclusivo objeto social explorar a concessão administrativa dos serviços de apoio à operação do Complexo Prisional de Erechim (incluindo atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares desenvolvidas no Complexo Prisional de Erechim e os serviços de assistência material, à saúde, educacional, social e religiosa aos presos), nos termos, prazos e condições estabelecidas no Contrato de Concessão Administrativa, objeto do processo de licitação em conformidade com o Edital de Concorrência Pública Internacional nº 0011/2023, Processo Adm. nº 22/1300-0000515-9, publicado pelo Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo - SSPS ("Contrato de Concessão"). A Companhia tem prazo de duração de 30 (trinta) anos, contados a partir da data em que o Contrato de Concessão se tornar plenamente eficaz, prazo esse a ser prorrogado à medida em que houver prorrogação do prazo do Contrato de Concessão ou à medida em que for necessário para o cumprimento de obrigações oriundas do Contrato de Concessão. **2. Resumo das principais práticas contábeis: 2.1. Bases de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, determinadas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como pelos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo divulgadas para o primeiro exercício social relativo ao ano de constituição da Sociedade. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Soluções em Gestão Prisional - SGP SPE S.A. e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo. Aplicações financeiras, quando existentes, são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. **2.5. Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado -** Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; • No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e possuir um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo; ou • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. **b) Mensurados ao custo amortizado -** São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **c) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge* -** Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de *hedge, swap,* contratos a termo e outras) e realiza a avaliação de seus ativos e passivos financeiros. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos tais como: disponibilidades e títulos e valores mobiliários, registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, não apresentam valores de mercado significativamente diferentes dos reconhecidos nos balanços, considerando os critérios de atualização contratados. Nas atividades operacionais não há exposição significativa a riscos de mercado relacionados a variações cambiais. A Empresa adota políticas e procedimentos para administrar situações e que possa haver impactos decorrentes desse risco. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa e suas controladas estão determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, tais estimativas podem não refletir, necessariamente, os montantes que poderão ser efetivamente realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas. **2.6. Ativos e passivos circulantes:** Ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável. Os direitos realizáveis e as obrigações, quando vencíveis após 12 meses subsequentes à data do balanço, são considerados como não circulantes. **2.7. Os créditos a receber:** São registrados pelos valores prováveis de realização, quando aplicável líquidos de provisão para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **2.8. Imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou produção. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na Nota 9, levando em consideração o prazo de vida útil estimado dos bens. Um item do imobilizado é baixado quando alienado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Qualquer ganho ou perda na baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda do ativo e seu valor contábil) é reconhecido no resultado no exercício em que o ativo for baixado. Se houver qualquer indicação de uma mudança significativa na taxa de depreciação, no prazo de vida útil ou no valor contábil líquido de um ativo, a depreciação desse item é revisada de forma prospectiva para refletir as novas expectativas. **2.9. Provisões:** A Companhia reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. **2.10. Redução ao valor recuperável:** Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **2.11. Impostos sobre vendas e serviços:** Estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições obrigatórias, de acordo com as alíquotas demonstradas a seguir:

Impostos e Contribuições Sociais	Alíquotas
PIS	0,65%
Cofins	3%
ISS	2,00% a 5,00%

Essas despesas são demonstradas como deduções de vendas no resultado. As tributações de PIS e Cofins sobre faturamento são apuradas com base no regime cumulativo, sendo que sobre as receitas financeiras há incidência de Cofins e PIS com alíquotas de 4% e 0,65% respectivamente. **2.12. Novas normas, alterações e interpretação das normas: (a) Alterações de normas adotadas pela Sociedade:** A Companhia iniciou suas atividades em 2024, em aderência, onde aplicável, às seguintes normas adotadas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: **Alterações CPC 26/IAS 1 - Classificação do Passivo circulante e ou não circulante.** Essas alterações foram emitidas em 2020 visando a esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicariam inicialmente aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Essas alterações não geraram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa. **Revisão NBC 18 -** todas as alterações são decorrentes da revogação da NBC TG 08. Incluindo: a NBC TG 15 (R4), que fala sobre a combinação de negócios e foi revisada para incluir explicitamente os custos diretamente relacionados à aquisição; a NBC TG 27 (R4), que trata de ativo imobilizado e esclarece que o custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. A revisão traz também modificações na NBC TG 20 (R2) que versa sobre os custos de empréstimos e inclui encargos financeiros calculados com base no método da taxa efetiva de juros, conforme descrito na NBC TG 48, sobre instrumentos financeiros. Outra modificação foi a da NBC TG 41 (R2), que apresenta o resultado por ação. A vigência das alterações, inclusões e exclusões da Revisão NBC 18 iniciou-se em 1º de novembro de 2023. **Revisão NBC 19 -** modifica a NBC TG 26 (R5) que trata da apresentação das demonstrações contábeis e introduz alterações nos critérios de classificação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, especialmente relacionados ao ciclo operacional normal, passivos financeiros, e direitos de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses. A Revisão inclui os itens 76ZA, 76A e 76B. Outra norma impactada é a NBC TG CPC 06 (R3), que contempla o arrendamento e inclui os itens 102A, C1D, C20E, e alterações no item C2. Essas modificações têm aplicação a partir de 1º de janeiro de 2024 e não tiveram reflexos significativos sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. **Revisão NBC 22 -** corresponde à Revisão do Pronunciamento Técnico nº 24 e as mudanças incluem novos itens e exemplos na NBC TG 32 (R4) - tributos sobre o lucro e também alterações na NBC TG 03 (R3) - demonstrações do fluxo de caixa e na NBC TG 40 (R3) - instrumentos financeiros: evidenciação. Em relação à NBC TG 32 (R4), são introduzidos os itens 4A, 88A a 88D e 98M, com destaque à aplicação específica desta norma a tributos sobre o lucro relacionados à legislação do Pilar Dois, definida pelas regras modelo da OCDE. Quanto à NBC TG 03 (R3), são adicionados os itens 44F a 44H, relacionados aos acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado). Na NBC TG 40 (R3), o item 44JJ é adicionado, alterando o item B11F do Apêndice B. Essa alteração relaciona-se às divulgações quantitativas do risco de liquidez. As mudanças foram incorporadas nas normas correspondentes, e estão em vigor desde o dia 29 de dezembro de 2023. A NBC TG 03 (R2) e a NBC TG 40 (R3) para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024. Não houbre reflexos relevantes nas demonstrações contábeis da Sociedade. **(b) Normas novas que ainda não estão em vigor: NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 -** Em 3 de outubro de 2024 o CFC publicou a alteração NBC TG 18 (R4) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28. Esta Norma entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2025 e, em razão de sua abrangência, não terá reflexos sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. **NBC TDS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade -** Em 29 de outubro o CFC publicou a aprovação dessa norma que exige que a entidade divulgue informações sobre todos os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente os seus fluxos de caixa, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazos. Os riscos e oportunidades são conjuntamente referidos como "riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que poderiam afetar razoavelmente as perspectivas da entidade". Essa Norma também prescreve como a entidade deve preparar e comunicar suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade, estabelecendo requisitos gerais para o conteúdo e a apresentação dessas divulgações. Esta Norma deverá ser aplicada aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, e não deverá ter impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam vir a ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. **2.13. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 28 de abril de 2025. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos corresponde à expectativa de tempo de realização do ativo financeiro derivado do contrato de concessão. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representados da seguinte forma:

	31.12.2024 R$
Bancos conta movimento:	
Bradesco	1
Aplicações financeiras: Bradesco	17.087.752
	17.087.753

5. Tributos a compensar/recuperar: No montante de R$ 58.367, corresponde a IRPJ a compensar em decorrência das operações iniciais da Companhia. **6. Despesas antecipadas:** O valor de R$ 133.547 está representado por pagamentos de prêmios de seguro a serem apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo de cobertura das apólices, contratadas em conformidade com as determinações do Contrato de concessão. **7. Outros créditos:**

	31.12.2024 R$
Adiantamentos a fornecedores	2.549
Depósito em caução de aluguel	9.000
	11.549

8. Ativo financeiro em formação: O valor de R$ 2.355.301 está representado pelos gastos iniciais correspondentes a obras e serviços de construção executados no objeto do contrato com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul - RS. Os valores serão recebidos em contraprestações futuras, quando iniciadas as atividades operacionais da primeira etapa do Complexo Prisional conforme previsto no Contrato de Concessão. **9. Imobilizado:**

Está representado por:	Móveis e Utensílios	Máquinas, Equipamentos e Aparelhos	Total
Em 31/12/2023	–	–	–
Aquisição	84.974	4.200	89.174
Depreciação	(5.241)	(273)	(5.514)
Em 31/12/2024	**79.733**	**3.927**	**83.660**
Custo	84.974	4.200	89.174
Depreciação acumulada	(5.241)	(273)	(5.514)
Saldo contábil líquido 31.12.2024	**79.733**	**3.927**	**83.660**

10. Obrigações trabalhistas:

	31.12.2024 R$
Salários a pagar	1.381
INSS	918
FGTS	165
	2.464

11. Obrigações tributárias:

	31.12.2024 R$
IRPJ	112.445
CSLL	68.088
IRRF	48.237
PIS/Cofins/CSLL retenção	149.561
	378.331

12. Provisões trabalhistas: O valor de R$ 1.376 refere-se ao reconhecimento inicial da provisão de férias considerando os valores proporcionais até a data do balanço, acrescidos dos encargos sociais. **13. Outras obrigações:** O valor de R$ 13.624.000 corresponde a recursos obtidos antecipadamente de empresas não vinculadas interessadas no desenvolvimento de parcerias para estruturação de diversas atividades comerciais e de prestação de serviços complementares periféricos ao Complexo Prisional. **14. capital social:** O capital social da Companhia, em moeda corrente nacional, é de R$ 14.936.382 (quatorze milhões e novecentos e trinta e seis mil e trezentos e oitenta e dois reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 14.936.382 (quatorze milhões e novecentas e trinta e seis mil e trezentas e oitenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **15. Receita de construção e custo de construção:** Em 2024 foram registradas receitas de construção e custos de construção, ambos no montante de R$ 2.355.301, representado pelos gastos iniciais de obras e serviços atribuídos ao objeto do Contrato de concessão, os quais estão compondo o ativo financeiro em formação. **16. Despesas legais e jurídicas:** Correspondem substancialmente a honorários advocatícios e gastos no processo de viabilização de procedimentos legais do contrato de concessão, totalizando R$ 4.665.530.

17. Serviços de terceiros:

	31.12.2024 R$
Assessoria administrativa e financeira	3.197.472
Assessoria corpo diretivo	1.006.825
Serviços de consultoria	4.500
Assessoria contábil	16.800
Laudos técnicos e periciais	140
Gerenciamento de redes sociais	6.900
Serviços de autônomos	3.900
	4.236.537

18. Outras receitas/(despesas) operacionais:

	31.12.2024 R$
Manutenção e conservação	98.691
Aluguéis e locações	79.797
Água e luz	2.390
Telefone, TV e internet	9.694
Lanches e refeições	2.795
Material de uso, consumo e expediente	11.953
Material de informática	27.125
Outros gastos de menor valor	2.584
	235.029

19. Receitas/(despesas) financeiras:

	31.12.2024 R$
Receitas Financeiras:	
Rendimentos de aplicações financeiras	748.135
Descontos obtidos	8
	748.143
Despesas Financeiras: Despesas bancárias	(2.346)
Juros passivos	(8)
IOF	(23.188)
	(25.542)
	722.601

20. Imposto de renda e contribuição social: Em 2024 a Companhia computou Imposto de Renda e contribuição Social sobre o Lucro Líquido pelo regime de lucro presumido, resultando no pagamento de R$ 243.415 no exercício, sendo R$ 175.327 em IRPJ e R$ 68.088 em CSLL. **21. Cobertura de seguros:** A Companhia, com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os requerimentos contidos no Contrato de concessão. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **Seguradora - Risco coberto - Cobertura R$:** Mapfre Seguros Gerais S/A - Responsabilidade Civil Geral - 5.000.000; Tokio Marine Seguradora - Riscos Financeiros - Concessão - 45.000.000; Mapfre Seguros Gerais S/A - Riscos de Eng. Peq. e Médias Obras - 36.960.333: O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência de cobertura de seguros, o que foi determinado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Diretoria

Isabelle Santos Maia Condé Tamarindo - Diretora Presidente; **Clodoaldo das Neves da Silva -** Diretor Administrativo Financeiro; **Bruno Menelli Dalpiero -** Diretor Operacional. **Contador: Rudimar Pascoal dos Santos -** CRC nº RS-052105/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores da **Soluções em Gestão Prisional - SGP SPE S.A. -** Erechin - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Soluções em Gestão Prisional - SGP SPE S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Soluções em Gestão Prisional - SGP SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com as normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Aspectos contingenciais:** No curso normal de seus negócios a Sociedade está sujeita a inspeções e possíveis reivindicações, principalmente em relação a questões tributárias, trabalhistas e regulamentares governamentais, e terá o direito de se defender no caso de processos com os quais não concorde. A administração manifesta não ter conhecimento de nenhum processo em curso contra a Sociedade que não esteja apropriadamente divulgado nas demonstrações contábeis. **Responsabilidade da administração e da governança pelas Demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Analisamos a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, concluímos que não existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de abril de 2025. **Walter Heuer - WH Auditores Independentes -** CRC-SP000334/O-6. **Gilson Miguel de Bessa Menezes -** Contador CRC-1RJ017511/O-9 "T".

Invest RS inicia chamada pública para Wine South America 2025

A Invest RS, Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, lançou uma chamada pública para selecionar empresas interessadas em participar do estande coletivo do Estado na Wine South America 2025, que será realizada de 6 a 8 de maio de 2025, em Bento Gonçalves.

A feira de vinhos é um espaço para realização de grandes negócios para a cadeia de produtos de destaque do estado.

Criada pelo governo do Estado como parte do Plano de Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável, a Invest RS é um serviço social autônomo com foco em acelerar o crescimento das empresas gaúchas e atrair investimentos estratégicos para o Rio Grande do Sul. Atua em cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec) e demais órgãos de governo e sociedade.

A iniciativa faz parte do Plano de Trabalho 2025 da Invest RS e reforça o compromisso de consolidar o estado como referência de excelência no mercado nacional e internacional de produtos de origem.

"As feiras são espaços estratégicos para ampliar mercados e valorizar a produção local. Essa ação da Invest RS está alinhada ao nosso esforço de impulsionar o desenvolvimento econômico com base nas potencialidades regionais", afirma o secretário de Desenvolvimento Econômico, Ernani Polo.

A participação na Wine South America busca fomentar a promoção comercial e apoiar a internacionalização de produtos regionais. Serão oferecidos 15 módulos individuais por dia para empresas dos segmentos de vinhos, destilados e azeites, com prioridade para aquelas que tenham matriz ou planta produtiva no RS.

Para participar, as empresas devem atender aos critérios previstos no edital, como regularidade fiscal junto ao Estado, compatibilidade dos produtos com o perfil da feira e compromisso formal com práticas de compliance e integridade.

As vagas estão distribuídas entre os três nichos da seguinte forma: Vinhos: 18 vagas; Destilados: 18 vagas; Azeites: 9 vagas

As inscrições estão abertas até o dia 1º de maio de 2025 e são realizadas por meio de formulário eletrônico. Outras informações podem ser solicitadas pelo e-mail feiras@investrs.org.br.